

4. A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL X CAMPESINATO: A CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE DRACENA

João saiu com a família
Num desespero sem nome.
Ele, os filhos e Maria
Estavam mortos de fome.
Que destino tomaria?
Onde iria trabalhar?
E à sua volta ele via
Terra e mais terra vazia,
Milho e cana a verdejar.

(Ferreira Gullar. 1962)

O agronegócio e, não é um fenômeno novo, mas herdeiro do antigo latifúndio com origem no sistema de plantation em grandes propriedades, utilizadas na produção para exportação. Para Fernandes (2005), o Agronegócio é a nova denominação de uma velha estrutura, “é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista” (FERNANDES, 2005, p. 01).

Podemos dizer que tal atividade tem se qualificado como uma das formas de territorialização do capital no campo mais cruéis, onde ocorre a ratificação e a montagem de estratégias que avalizam a sua hegemonia sobre o território e que esta territorialização se dá pelo controle da terra pelo capital

Essas ponderações nos auxiliam a compreender o processo de territorialização do capital no município de Dracena, especialmente no bairro “Maquininha”, pois a incorporação dessa fração do território no âmbito das relações capitalistas de produção imprimiu um processo de territorialização a partir do interesse por solos cobertos por florestas, cuja ocupação inicial foi feita por pessoas e grupos econômicos que conjeturaram a possibilidade de acúmulo de capital com a venda de terras.

4.1 A expansão da cana-de-açúcar.

A territorialização do capital canavieiro no município de Dracena ocorreu em duas fases: a primeira fase teve início no final da década de 1970, em decorrência da atuação do Estado no incentivo à produção de álcool, quando passou a exercer uma política intervencionista, ao lançar medidas que resultaram na criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que entre os vários interesses abria a possibilidade de obter combustíveis alternativos para amenizar a crise do petróleo de 1973 e a segunda a partir do ano de 2001, com a revitalização do consumo de álcool como bioenergia, devido a maior conscientização do Protocolo de Kyoto que propõe aos países desenvolvidos a redução dos níveis de emissão de dióxido de carbono.

Para atenuar os efeitos negativos da crise do petróleo de 1973, o governo brasileiro investiu em pesquisas com o objetivo de encontrar uma opção energética renovável para substituir o petróleo. Dessa forma, na tentativa de obter resultados rápidos criou vários programas energéticos, e dentre todos, segundo Michellon (2008) o que obteve maior êxito foi o Programa Nacional do Álcool – Proálcool - criado em 1975, com os principais objetivos:

- ✓ Diminuir a dependência da importação de petróleo;
- ✓ Economizar divisas;
- ✓ Alargar para o interior o desenvolvimento agroindustrial;
- ✓ Melhorar a tecnologia nacional;
- ✓ Proporcionar a ampliação nacional da produção de bens de capital; e
- ✓ Gerar emprego e renda.

A atuação do Estado foi de suma importância para impulsionar o consumo de álcool, pois na tentativa de encontrar uma alternativa energética renovável para substituir o petróleo, o governo brasileiro adota algumas medidas para motivar a opinião pública e incentivar os investidores do setor canavieiro, tais como:

- ✓ Estabelecer em 20% a mistura de álcool anidro⁶⁶ à gasolina;
- ✓ Dar prioridade ao uso de veículo a álcool prioritário na sua frota;

⁶⁶ O álcool adicionado à gasolina é denominado álcool etílico anidro combustível (AEAC) e desde 1979 seus teores de adição sofrem freqüentes alterações devido a demandas de mercado no setor de álcool e açúcar. Já o álcool comercializado nos postos de revenda de combustível é denominado álcool etílico hidratado combustível (AEHC).

- ✓ Diminuição de alíquota de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) e Taxa Rodoviária Única (atual IPVA) para veículos movidos a álcool;
- ✓ Isenção de IPI para táxis a álcool;
- ✓ Aumentar a revenda de álcool hidratado com preço estipulado em no máximo de 65% do preço da gasolina;
- ✓ Tornar compensador a produção de álcool com a melhoria no preço do produto, devido a redução na paridade de 60 kg de açúcar por 44 litros de álcool, para 60 kg de açúcar por 38 litros de álcool; e
- ✓ Incentivo ao aumento da produção de etanol para utilização como combustível, através do estabelecimento de uma série de incentivos públicos fiscais e financeiros aos produtores de álcool (anidro e hidratado) para a da instalação de destilarias anexas às usinas de açúcar e para a implantação de destilarias autônomas.

Portanto, o programa surgiu estruturado em subsídios e financiamentos públicos, ficando sob a responsabilidade da estatal Petrobras, a compra, o transporte, o armazenamento, a distribuição, a mistura do álcool na gasolina, e também a decisão do preço de venda do produto.

Para Thomaz Junior (2002, p. 76) este programa “resultou no fortalecimento de uma relação secular de privilégios e favores especiais. Isto é, nascido em berço esplêndido, o Proálcool selou a mediação estatal na atividade sucroalcooleira”. Os incentivos do Programa Nacional do Álcool, em 1975, trouxeram como conseqüência o rápido desenvolvimento das agroindústrias sucroalcooleiras, que, articuladas ao setor automobilístico, expandiam-se assustadoramente:

O Proálcool se materializou organicamente em escala nacional quando se articulou ao setor automobilístico, apresentando-se, então, o álcool como alternativa a gasolina. Assim cimentaram-se os interesses do capital agroindustrial sucroalcooleiro, com os segmentos das indústrias multinacionais, montadoras de automóveis, (...), fábricas de tratores implementos agrícolas, (...) Pode-se dizer que foi uma solução para os grandes empresários, principalmente os do Centro Sul, em especial para os paulistas, recuperarem o padrão de acumulação do capital, até pelo fato de terem sido os atores ativos na criação e consolidação do Programa. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 93).

Com relação ao crescimento da produção sucroalcooleira o mesmo autor afirma que:

(...) o setor sucroalcooleiro cresceu a uma taxa de 35% / ano no período compreendido entre 1975/86 e, só em São Paulo, alcançou 36% / ano (...)

não foi capaz de evitar o processo de expansão da cana de açúcar sobre as culturas alimentares e consequentemente o ritmo concentrador de terras nas áreas tradicionais sob comando das maiores empresas sucroalcooleiras (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 95 e 98).

Nessa conjuntura, em 1980, foi implantada no município vizinho de Junqueirópolis, a Usina Vale Verde, localizada na margem esquerda do córrego Kaingang, próximo da confluência com o rio do Peixe.

Na época, a instalação da Usina Vale Verde se deu devido à facilidade de conseguir crédito, através dos financiamentos e incentivos do Estado. Por isso, alguns proprietários formaram um grupo de associados e deram sequência à idéia de criar uma usina de álcool que consumisse a cana de suas próprias propriedades e como complementação da matéria-prima também consumiria a produção de outros que apostaram na nova onda produtiva. O advento desta usina trouxe consigo a expansão dos canaviais na região, em áreas de grandes propriedades, principalmente as que desenvolviam a pecuária extensiva para corte. Segundo um dos antigos associados da usina a idéia de montar uma destilaria de álcool se deu por que:

A facilidade de se conseguir um financiamento no início do Proálcool era muito grande, era só ter um bom projeto industrial, garantias de pagamento para ser aprovado o financiamento e ter produtores que fornecesse a matéria-prima, então, diante dessas facilidades um grupo de pessoas que tinha terra, se juntaram e conseguiram o projeto da usina e efetuar o pedido do financiamento junto ao governo, como a terra era farta entre os associados e o governo incentivava abrindo a “burra” de dinheiro, em pouco tempo a usina estava funcionando. (Ex-associado, entrevista em 31/07/2009)

Entre os incentivos estavam os subsídios, a redução de alíquota de Imposto e os financiamentos aos produtores de álcool, porém dentre estes os financiamentos estavam entre os incentivos mais atraentes, pois segundo Thomaz Junior (2002):

As taxas de juros estabelecidas nesse momento foram de 17% ao ano para o financiamento do parque industrial do Centro Sul e 15% para o Norte e Nordeste, num período em que a inflação situava-se em torno de 37% ao ano e o financiamento cobria 100% do empreendimento em todo o país, sem haver necessidade de contrapartida do empresário, com prazos de 12 anos para pagamento e três de carência.

Para a parte agrícola, prevaleceram praticamente as mesmas, determinações, exceto no primeiro ano de vigência, quando a taxa de juros fora fixada em 7% ao ano, passando em seguida para 15% com cobertura de 100%. Em 1977, foram revisadas, passando a taxa de juros a equivaler

ao crédito rural em geral, em torno de 13% para contratos que atingissem 50 MVRs (Máximo Vale Referência) e de 15%/ano para contratos que extrapolassem essa quantia. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p, 90)

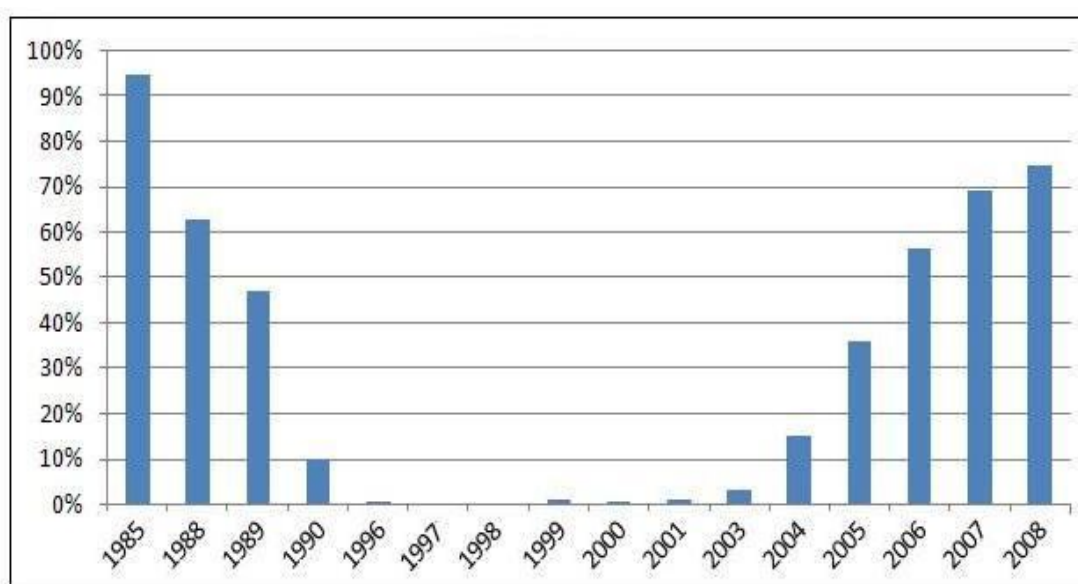
Como se observa, os financiamentos, além de atrativos abrangiam todo o setor sucroalcooleiro, desde os gastos com a parte agrícola, como com o setor de industrialização.

O plano do Governo Federal quanto ao Proálcool foi inicialmente de modernizar e implantar usinas de álcool anexas às usinas de açúcar já existentes, objetivando o aumento da produção de álcool anidro para ser misturado à gasolina, num percentual de 20% a 22% e posteriormente expandir o número de destilarias autônomas, pois com a continuação da crise do petróleo era substituir parte da gasolina utilizada na frota nacional de veículos de passageiros por álcool, ou seja, era preciso aumentar a produção de álcool hidratado para abastecer veículos com motores movidos a álcool. Dessa forma, o Governo Federal fechou um acordo com as indústrias automobilísticas para iniciarem a fabricação de carros movidos a álcool, necessitando para isso apoiar a implantação de novas destilarias para aumentar a produção de álcool, a partir de 1980.

Diante do sucesso do Programa e o apoio do Estado, as montadoras de automóveis aumentaram a produção de carros a álcool, chegando em 1985 a 95% da frota brasileira de veículos e utilitários. Mas, se aumentou a produção de carro a álcool a produção de combustível para estes carros aumentou mais ainda, e ante tal aumento de produção ocorreu um descompasso entre a oferta e o consumo, ocasionando um excedente de álcool, obrigando o governo a buscar uma solução através da exportação do produto. Porém, a partir de 1985, a cotação do açúcar começa a aumentar no mercado internacional, o que fez com que o setor sucroalcooleiro usasse suas estruturas para a produção de açúcar no lugar do álcool, mostrando a fragilidade do sistema e como resultado teve a falta de álcool hidratado nas bombas dos postos de combustível, balançando seriamente a confiança do consumidor em relação ao Proálcool. Assim, como as indústrias usavam os benefícios do Estado, mas não estavam produzindo combustível, o Governo Federal é forçado a rever as políticas que materializaram o molde de desenvolvimento do setor canavieiro através do Proálcool, decretando a redução das políticas paternalistas e protecionistas dos empréstimos subsidiados, dos perdões de dívidas, dos incentivos para produção e das garantias de mercado e

preços aos produtos da cana-de-açúcar. Contudo, essas ações do governo trouxeram como consequência a falência de várias destilarias e a diminuição drástica da produção de carros movidos a álcool por parte das montadoras de automóveis. Podemos observar a queda na produção de veículos a álcool. Em 1985 representava 95% do total da frota nacional; em 1988 cai para 63% e em 1989 para 47%, e continua em queda durante toda a década de 1990. Em 2001, como se observa na análise do Gráfico 05, a produção volta a aumentar rapidamente após 2003, devido a fabricação de veículos bicombustíveis (flex).

Gráfico 05 – Produção de carros a álcool e bicombustíveis no Brasil (1985 a 2008)



Fonte: ANFAVEA – 2008

Organização: Joviano C. V. M.

Estas novas políticas vigentes para o setor sucroalcooleiro acertaram em cheio a Destilaria Vale Verde, que dependia dos financiamentos do Estado para a produção de matéria-prima e para o processamento industrial, além das garantias de mercados e preços de seus produtos. Dessa forma, sem os incentivos ao setor e desestimulados com os baixos preços do álcool, as safras foram reduzidas, faltando matéria prima para o processamento industrial, impelindo todo o empreendimento a um acúmulo de dívidas, o que forçou a Destilaria Vale Verde a parar as suas atividades, sendo fechada e desativada em 1998.

Sobre os problemas que provocaram o fechamento da antiga Usina Vale Verde, um dos diretores da época, em entrevista afirmou que:

Os problemas principais começaram com o fim dos incentivos do Proálcool para o setor de produção de álcool por parte do governo, o dinheiro ficou difícil e teve conseqüências sérias na produção da matéria-prima, pois a maioria da cana utilizada pela usina era plantada pelos associados da empresa e com a queda do preço do álcool que chegou a ser vendido pelas usinas a 14 centavos e o fim dos financiamentos do governo, os produtores diminuíram muito a área plantada acarretando a falta de cana para o processamento, a soma disso tudo e mais os problemas inflacionários antes do Plano Real, gerou uma dívida que deixou a situação insustentável, e os associados optou pelo fechamento da usina. (Diretor, entrevista em 11/08/2009)

O fechamento da Usina trouxe consigo a desarticulação das relações que lhe davam suporte, liberando a mão-de-obra até então sujeita a ela, bem como, alterando a sua base territorial, por meio da diminuição das áreas de plantio de cana. Nesse processo, os proprietários de terras com plantio de cana ficaram sem ter onde entregar suas colheitas, já que a usina mais próxima (Usina Floralco, no município de Florida Paulista) distava aproximadamente 40 quilômetros, o que dificultava sua comercialização devido o alto custo do frete para levar essa produção até lá. Devido a isso, as propriedades do município de Dracena que haviam plantado cana nesta primeira investida acabaram com seus plantios e voltaram à pecuária, o que gerou na região um clima de desconfiança em vários proprietários, quanto à cultura de cana-de-açúcar. O agricultor Luís Ferreira, que havia plantado 45 hectares de cana-de-açúcar no município de Dracena, assim relata:

A cana não era um negócio ruim, dava para tirar uma boa renda, mas o problema é que a gente não tinha a garantia de venda. Era muito arriscado. Se a usina não queria comprar a nossa cana não tinha o que fazer. Não tem outra usina para comprar a produção. O jeito era tentar vender o que dava para ração de gado e o resto soltava o gado dentro e deixava ele bater até se fartar. Por isso eu fiz só duas plantas e abandonei a cana e só planto de novo se tiver uma garantia assinada. (LUÍS FERREIRA, entrevista em 21/12/2008)

Com o fechamento da Destilaria Vale Verde, a produção de cana no município de Dracena desapareceu, ficando somente pequenos talhões⁶⁷ que eram usados para o tratamento do gado no período de seca.

Porém, em 2001, com o aumento do consumo interno e da exportação do açúcar e do álcool (anidro e hidratado), particularmente para o abastecimento do mercado interno, ocorre a segunda fase da territorialização da cana de açúcar no município de Dracena e Junqueirópolis.

Dentre os fatores externos e internos que contribuem para impulsionar a nova expansão da produção de álcool, podemos citar: oscilações e aumento dos preços do petróleo motivado por um ambiente de tensão na região do Oriente Médio; a busca por fontes energéticas renováveis; o domínio da tecnologia para produção do álcool e aproveitamento de subprodutos da produção como o bagaço na energia e o vinhoto para fertilização por irrigação; o crescimento na demanda de álcool motivada pela produção de veículos bicombustível e do aumento de consumo de açúcar e álcool em países como China e Índia; questões ambientais que colocam a necessidade de substituição de derivados de petróleo para evitar as emissões de CO², dentre outros.

Apesar da crise, o Programa Nacional de Álcool fez com que o Brasil se tornasse referência na produção de álcool combustível, pois o país já conseguiu substituir em torno de 45% do mercado de gasolina pelo agrocombustível, enquanto que nos EUA, ainda não foram substituídos nem 3% do consumo. Estima-se que para substituir 10% da gasolina consumida no mundo por etanol brasileiro, a atual área plantada que é de aproximadamente 9,0 milhões de hectares deverá quadruplicar.

Nesta fase, a antiga Destilaria Vale Verde de Junqueirópolis foi adquirida pelo Grupo Silveira Barros, que tem uma longa tradição no setor canavieiro no Estado de Pernambuco. Para afastar o clima de desconfiança deixado pela antiga destilaria, a empresa foi reativada com o nome Usalpa - Usina Alta Paulista – (Figura 28). Ao adquirir a empresa, o grupo pernambucano fez grandes investimentos, tanto na área de agroindustrialização (açúcar) como na de plantio de cana.

⁶⁷ Refere-se a certa quantidade de terras com de plantação de cana que fica entre duas curvas de nível ou entre um aceiro e outro para evitar a propagação do fogo, ou seja, são subdivisões da lavoura para facilitar o corte ou a mecanização.



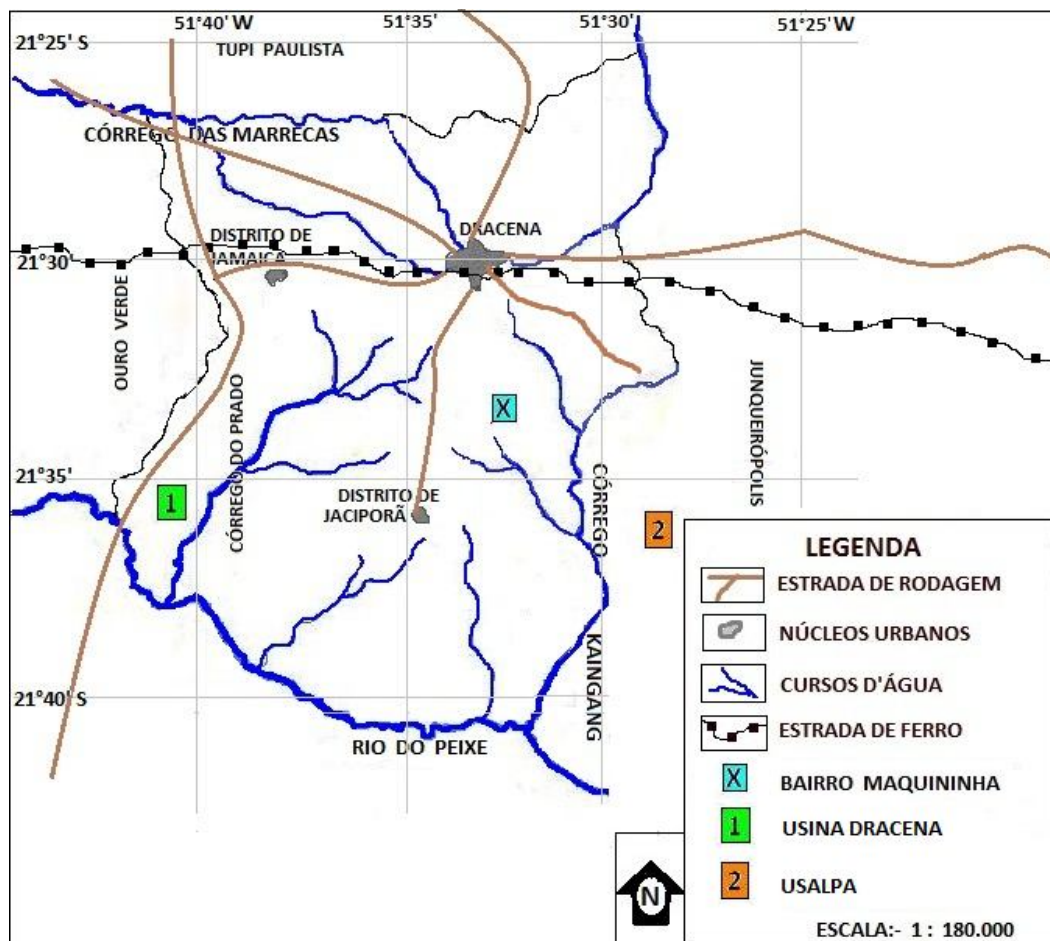
Figura 28 - Fotografia aérea da Usina Alta Paulista

Fonte: Digital Globo - 02/03/2009 Organização: Joviano, C. V. M.

No ano de 2002, ainda impulsionada pelo aumento de consumo de álcool anidro como combustível, os grupos paulistas Excel e Tractos que desenvolviam atividades relacionadas à distribuição de petróleo, transportadora de produtos e criação de bois em confinamento, deram início no município de Dracena, aos investimentos na compra de terras para a plantação de cana-de-açúcar, com o intuito de fornecer matéria prima para a futura implantação de uma usina de açúcar e álcool no município de Dracena.

O projeto industrial de moagem e produção teve início em março de 2004, com o nome de Usina Dracena de Açúcar e Álcool, localizada na margem direita do Rio do Peixe, nas proximidades do Km 116 da rodovia Euclides Figueiredo, como mostra o Mapa 4:

Mapa 4 – Localização das Usinas Dracena e Usalpa



FONTE; Sec. de Economia, Gestão e Planejamento do Estado de São Paulo – 2006
Organização e adaptação: Joviano, C. V. M

Segundo o supervisor de produção e responsável químico da empresa, senhor Natal Montanher, a Usina Dracena de Açúcar e Álcool iniciou suas atividades no município de Dracena em 2002, com um projeto estimado em R\$ 400.000.000,00 para investimento em instalações industriais e compra de terras, além de custo de plantio. O ponto inicial foi o plantio de variedades de cana em 377,5 hectares de terras próprias da usina para verificação de adaptação. No ano de 2003, a plantação de cana já ocupava uma área de 1.614 hectares, também em terras próprias. Na propriedade os Grupos produziram 120.000 toneladas de cana para plantio (mudas), numa média de 74 toneladas de cana por hectare (180 toneladas por alqueire). Essa produção aumentou no ano de 2004, para uma área de 2.686 hectares, totalizando 200.000 toneladas de cana de açúcar.

Apesar dessa produção, a primeira moagem ocorreu somente em julho de 2006, devido a alguns problemas na liberação dos projetos,

Segundo o entrevistado, o que influenciou na implantação da Usina Dracena no município foi a disponibilidade de terras, a qualidade do solo e a topografia plana, facilitando uma futura mecanização do corte. Além disso, influenciou também a ausência de outras indústrias de grande porte, a mão-de-obra disponível e o fato de esta usina poder estar localizada numa região que é pouco significativa em área plantada com cana-de-açúcar.

4.1.1 Apropriação e sujeição: As estratégias de expansão produtiva.

O capital monopolista, ao expandir-se no campo, cria e recria estratégias em busca da apropriação da renda e do lucro.

No caso do capital canavieiro, além de lançar mão de novas tecnologias, as empresas territorializam se apropriando de novas terras por meio de arrendamentos, fato que está ocorrendo no bairro “Maquininha”, por intermédio da Usina Dracena de Açúcar e Álcool e da Usina Alta Paulista, de Junqueirópolis.

A prática do arrendamento não é algo novo entre os proprietários do bairro “Maquininha”, mesmo antes do advento do Proálcool já era comum alguns proprietários cederem parte de suas terras para terceiros cultivarem, principalmente no período em que antecede a mecanização das atividades agrícolas, conforme analisado no capítulo anterior. Os arrendamentos antigos tinham praticamente as mesmas características dos arrendamentos para as usinas de cana-de-açúcar na atualidade, porém diferia no prazo de uso que dificilmente ultrapassava 2 anos.

Contudo, por volta de 2001, quando o consumo de álcool combustível aumentou no mercado interno, aumenta também a prática de arrendamento de terras por parte dessas empresas, criada pela necessidade de expansão da cana-de-açúcar que se dá em bases capitalistas, com o objetivo inicial de fazer uso da terra para introduzir a monocultura, mediante o investimento de grandes somas de capital no processo produtivo. Nesse caso, em quase toda área de territorialização da cana-de-açúcar, o arrendamento de terras se faz presente, através do pagamento da renda fundiária.

Dessa forma, o capitalista da usina processadora de cana e o produtor da mesma cana, estão personificados em uma só pessoa, num processo denominado por Oliveira (1996, p. 24), de “territorialização do capital”, pois a territorialização do capital é o artifício pelo qual o capital se instala na agricultura e por intermédio do controle da terra, realiza a produção, mesmo não sendo o proprietário da referida terra. Por isso ao se analisar o contexto, podemos citar que o desenvolvimento da atividade canavieira no município de Dracena e vizinhanças, é um exemplo claro da territorialização do capital monopolista na agricultura. Isto porque com a prática do arrendamento de terras a Usalpa e a Usina Dracena também unifica o produtor da cana e o capitalista fabricante de açúcar e álcool numa mesma pessoa. Por isso, quando o camponês concede a terra para arrendamento para a empresa canavieira por um período de dez anos, além de transferir junto com ela uma parte da renda fundiária que é apropriada por essa empresa, transfere também o controle sobre a produção.

Assim, se o camponês não perde o direito sobre a propriedade da terra, ele perde o direito de uso, isto é, perde o direito de utilização da terra durante o período do contrato de arrendamento, abandonando a terra em benefício do usineiro e de suas técnicas produtivas, que no caso dos contratos feitos pela Usina Dracena de Açúcar e Álcool tem a duração de dez anos e na Usina Alta Paulista de Junqueirópolis são de dez e de cinco anos.

Portanto, há diferenças entre o arrendamento de pequenas áreas praticado pelo campesinato e o arrendamento de base capitalista, a começar pelo tempo de uso da terra e pelo sentido da produção, pois nos pequenos arrendamentos camponeses o tempo de uso dificilmente excedia um ano e a terra, embora cultivada por outro sujeito, continuava sendo usada para produtos temporários, mantendo sua característica de terra de trabalho camponês e produção de subsistência. Todavia, nos arrendamentos de base capitalista, o tempo de uso da terra varia entre cinco e dez anos e a produção é voltada para uso industrial, daí a propriedade camponesa, que antes era terra de trabalho, agora sob o domínio do capital, se converterá em terra de negócio⁶⁸, ou seja, mercadoria.

⁶⁸ Segundo Martins (1980), a Terra de Negócio baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador. Assegura ao capital o direito de explorar o trabalho alheio, mediante ao salário. É fundamentalmente instrumento de exploração.

No bairro “Maquininha” no município de Dracena, tanto a Usina Dracena de Açúcar e Álcool como e a Usina Alta Paulista de Junqueirópolis utilizaram-se de duas formas de apropriação de terras. Pelo que se verifica, no início das atividades, quando a unidade de produção ainda não havia sido montada, no caso da Usina Dracena de Açúcar e Álcool, a necessidade de terras não era grande, o que levou a usina optar pela compra de terras para produção de variedades de cana para mudas, além de contratos com alguns fornecedores que se interessaram pelo empreendimento. Mas, no período próximo ao funcionamento da moagem, a necessidade de cana-de-açúcar tornou-se maior. Então, a usina dá início ao processo de arrendamento, oferecendo aos proprietários de terras valores “atrativos”⁶⁹, na busca de arregimentar áreas de terras para suprir as necessidades da usina.

Na análise da entrevista com o senhor Natal Montanher, podemos verificar que a maioria da cana-de-açúcar que as usinas precisam para o processamento industrial não é produzida em suas terras, mas principalmente, nas terras de agricultores descapitalizados, que por necessidade de se manter no campo, arrendam suas terras às usinas.

A área de terras cultivada com cana-de-açúcar atualmente pela Usina Dracena de Açúcar e Álcool é de 15.451 hectares, sendo que 5.408 hectares (35%), pertencente ao capital privado da usina. O restante da área cultivada é de terras arrendadas de pequenos e médios proprietários, o qual soma uma área de 6953 hectares (45%) do total e os outros 20% que totalizam 3090 hectares são terras de fornecedores. Mas está prevista a expansão de terras com cana-de-açúcar até o limite de 22.000 hectares em área plantada, (...) com a maioria das terras arrendadas, por que é mais interessante para a usina não investir muito em capital imobilizado (NATAL MONTANHER, entrevista em 13/02/2009)

Já na destilaria Usalpa de Junqueirópolis, segundo um administrador do setor agrícola, a área para plantação de cana da usina é feita quase que totalmente em terras de terceiros, já que a área de propriedade da usina é de aproximadamente 280 hectares e é utilizada para a produção de mudas para o plantio e replantio nas terras arrendadas. Por isso a cana para processamento industrial é toda produzida em arrendamentos, ocupando uma área total de 22.992 hectares. Desse total,

⁶⁹ Segundo o supervisor de produção da empresa, Natal Montanher, o valor pago pelo arrendamento das terras não é fixo, sendo calculado por uma quantidade de cana por hectare. Assim, quando o valor da tonelada de cana sobe, o valor do arrendamento também sobe e vice versa.

10.572 hectares são no município de Junqueirópolis e os 12.420 hectares restantes estão divididos em terras de vários municípios da região. As terras arrendadas pela Usalpa são na maioria partes ou a totalidade de fazendas que realizavam a pecuária extensiva de corte, como mostra a Figura 29, porém nas áreas onde é possível juntar propriedades vizinhas e formar uma só área para cultivo, também é possível arrendar pequenas propriedades. Portanto, na análise das terras arrendadas por esta usina, se considerarmos a área arrendada, predominam as terras das fazendas, mas se considerarmos o número de propriedades, predominam as de pequenas áreas. Nestas terras, os contratos de arrendamento têm um prazo de contrato de no mínimo cinco anos, podendo ser renovado ao final do contrato para mais cinco anos. Os contratos de arrendamento também são feitos tendo como parâmetro a produção de toneladas de cana por alqueire, que no caso da Usalpa gira em torno de 25 e 36 toneladas de cana por alqueire ao ano, valores que no ano de 2008 oscilou entre R\$ 600,00 para o contrato mínimo e R\$ 1152,00 por alqueire ao ano para o contrato máximo. Esta variação depende da distância do arrendamento da usina, do relevo do terreno e da fertilidade da terra.



Figura 29 - Cana-de-açúcar em terras arrendadas de Lítuo Takeshita à Usalpa.
Fotografia: Joviano, C. V. M. 21/07/2008

Portanto, dependendo do contrato, a renda obtida com o arrendamento pode superar a receita proporcionada por atividades como a pecuária de corte e outras, que atravessam períodos de baixa rentabilidade, podendo “remunerar” o proprietário da terra arrendada em até 36 toneladas por alqueire, dependendo da localização.

Segundo informações coletadas em entrevista com o supervisor de produção da Usina Dracena, Natal Montanher, constatamos a preferência da empresa pela realização de contratos de arrendamentos tendo como parâmetro uma distância de até quinze (15) quilômetros de raio da usina, além do estabelecimento de certa quantidade de toneladas de cana por hectare arrendado como forma de pagamento. Esta proporção gira em torno de 20 toneladas de cana pagas por hectare de terras arrendadas.

Na análise das informações do Sr. Natal Montanher, podemos concluir que esta forma de arrendamento é uma estratégia da usina para se proteger dos percalços do mercado de açúcar e álcool, transferindo os prejuízos para os proprietários, em caso de queda no preço do álcool ou do açúcar. Essa transferência se dá mediante a redução do valor pago pelo uso das terras arrendadas, já que, se o preço do álcool cair, em consequência, o preço da tonelada de cana-de-açúcar também irá cair.

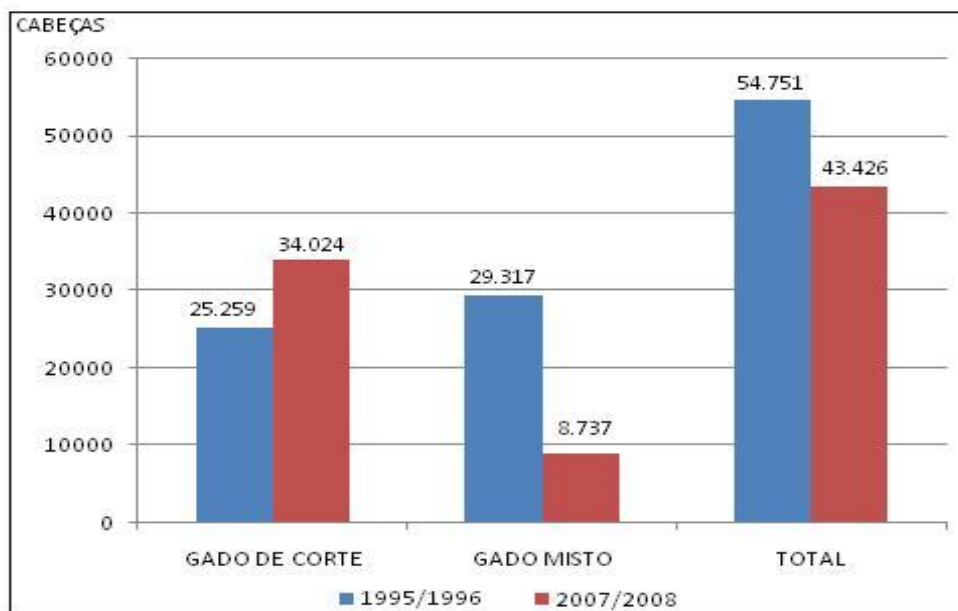
Por conta dessa situação, os técnicos da Coordenadoria e Assistência Técnica Integral - CATI têm recomendado aos produtores que não arrendem a totalidade de suas terras, para não ficarem à mercê dos resultados da economia de mercado proporcionado pelo capital monopolista, já que, durante o período do contrato de arrendamento ele perde o direito de uso da terra para conseguir a subsistência de sua família, além do que, se o camponês arrendar toda a propriedade, a área de terra de trabalho será transformada para o plantio de cana-de-açúcar, dificultando sua volta à terra para cultivo do autoconsumo, já que neste período longo de arrendamento o camponês acaba se desfazendo dos instrumentos utilizados na produção agrícola.

A expansão da cana-de-açúcar através de arrendamentos também tem gerado outra problemática detectada na pesquisa, pois esta expansão se dá sobre as pequenas e médias propriedades e têm ocasionado a perda de empregos em atividades tradicionais como a produção leiteira, o abate bovino e também sobre algumas áreas de lavouras. Esta situação de avanço da produção canavieira sobre a

agropecuária é visível na paisagem do campo do município de Dracena que alterna extensos canaviais e antigas áreas de pastagens preparadas para o plantio de cana.

Analisando os dados do IEA – Instituto de Economia Agrícola, percebe-se claramente a diminuição da área de cultivo de produtos temporários em detrimento do aumento da área de cana-de-açúcar, ao comparar os resultados das pesquisas agropecuárias do projeto LUPA de 1995/96 e 2007/08, no município de Dracena, sobre a criação de gado bovino (Gráfico 6) observa-se que o mesmo teve uma retração de 12,6%, diminuindo de 54.751 cabeças para 43.426 cabeças de gado. Ainda observa-se que houve um aumento na criação do gado bovino de corte e uma diminuição drástica na criação de gado bovino misto⁷⁰ entre os anos de 1995/96 e 2007/2008, porém segundo o agrônomo da Secretária da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, senhor Ricci, este aumento não se deve a um possível aumento na área para bovino de corte, mas sim devido a melhora na criação mista quanto ao tipo de animal e também quanto a técnica, passando parte dos animais de criação mistas para a criação de gado de corte.

Gráfico 6: Criação de gado bovino no município de Dracena-SP



Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/ IEA, Projeto LUPA

Organização: Joviano, C. V. M.

⁷⁰ O gado de leite está inserido junto ao gado misto, portanto o gado misto equivale ao total de bezerras, bezerras, touros e vacas para cria e para produção de leite

Os representantes das usinas e defensores da expansão da cana na região afirmam que a cana só ocupou terras de pecuária de corte com baixa produtividade. No entanto, informações obtidas no Laticínio Trevisan de Dracena e na cooperativa Cacretupi, de Tupi Paulista – empresas que compram leite na região – comprovam o avanço da cana também sobre a pecuária de leite, pois segundo os administradores dos laticínios possivelmente houve uma queda do número de vacas ordenhadas entre 2005 e 2008, já que houve redução de 11,3% na produção de leite. Essas informações são reforçadas no depoimento em entrevista de um camponês:

Eu sempre trabalhei com leite. Quando o leite tava fraco eu completava o ganho com a venda dos bezerros pros compradores de gado, mas hoje com 73 anos de idade não tava dando mais pra tira 50 litros de leite todo dia e prá paga quem tira não sobra nada, então o negócio foi acaba com o gado e arrenda prá usina e viver da renda do arrendamento e da aposentadoria. (N F, entrevista em 07/03/2009)

Além da redução na produção de leite houve também, diminuição da oferta de bezerros para comercialização e engorda, bem como, na quantidade de cabeças de gado de corte, já que a área de expansão de cana-de-açúcar se deu em locais do município que eram tradicionais na produção de pecuária para abate. Segundo o comprador de gado Joel Cebalos, a redução na venda de animais para abate foi de aproximadamente 10%, pois como ele afirma “as primeiras fazendas que a usina comprou e arrendou eram de gado de engorda, isso eu sei por que eu negociava gado nessas fazendas”. Assim, verifica-se que nessa região de Dracena, houve impacto sobre 10% da produção pecuária de carne e de leite, apesar de, em nível nacional, essa produção ter tido um acréscimo de 5,9% no ano de 2005/2006 (IBGE/PPM, 2006).

Todavia, segundo o agrônomo da CATI, a diminuição do número de cabeças de gado bovino não se deve somente ao avanço da cana-de-açúcar como afirma na entrevista:

A nossa região perdeu muitas terras de pasto para a cana-de-açúcar, tanto de gado de corte como de leite, mas os motivos que levaram a esta troca não são somente devido a expansão da cana, também são fatores relacionados diretamente com a pecuária como a falta de preço dos produtos como leite e carne, que desestimula principalmente no verão quando aumenta a produção devido a melhora das pastagens e também a

falta de mão-de-obra especializada (retireiro) para trabalhar com o leite, por exemplo. O pessoal que trabalha com o leite normalmente trabalha fora de horário e isso tem um custo trabalhista elevado. Com a cana, o ganho pode ser até um pouco menor, mas não há compromissos trabalhistas, o dinheiro é livre de encargos. Já para a usina a troca foi mais vantajosa, porque a cana tomou o espaço de pastos, que geralmente são terras planas de fácil mecanização para o plantio e para o transporte da cana para a usina. (D. A, entrevista em 23/04/2009).

Quanto à produção agrícola, os dados também mostram uma retração na área de produção (Tabela 4). Verifica-se que houve uma diminuição na área dos quatro principais produtos agrícolas cultivados no município de Dracena⁷¹, no período de 1995/1996 e 2007/2008, sobretudo na área de algodão, que teve uma redução de 98,2%, tendo afetado também a produção de café, feijão e milho.

**Tabela 4: Produção agrícola em hectares no município de Dracena/SP
1995/96 e 2007/2008**

PRODUTOS	Hectares cultivados 1995/1996	Hectares cultivados 2007/2008
MILHO	1.541	606
CAFÉ	1.048	713
FEIJÃO	452	363
ALGODÃO	1.017	18
CANA-DE-AÇÚCAR	837	10.861

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/ IEA, Projeto LUPA
Organização: Joviano, C. V. M.

Porém, na mesma pesquisa os dados indicam um aumento na ordem de 1.297% na área de cultivo de cana-de-açúcar no mesmo período, evidenciando a rapidez com que ocorreu a territorialização da cana-de-açúcar no município de Dracena, isto provocado pela reabertura da Usalpa de Junqueirópolis e da implantação da Usina Dracena de Açúcar e Álcool, evidenciando que a expansão da cana-de-açúcar começa a interferir diretamente na produção de alimentos

⁷¹ Além destes cinco produtos, no município ainda se cultiva a batata doce, frutas como uva, maracujá, abacaxi e manga haden

consumidos pela população e, indiretamente, em itens como o milho, que serve de insumo para a avicultura e a suinocultura”.

4.1.2 Estratégias e representações camponesas na luta pela permanência na terra.

A territorialização do campesinato se expressa a partir da unidade de produção familiar, pautada sob uma lógica de que terra é terra de trabalho, é possibilidade de (re)produção camponesa, de permanência na terra e de resistência. Assim, esta fração do território capitalista constitui-se em um campo de possibilidades que, embora mediados pelas relações de poder exercidas pelos sujeitos sociais que ali interagem, representam contra-espacos que se exteriorizam conforme a correlação de forças que interagem nas diferentes situações que a eles se colocam.

Considerando que a territorialização camponesa é assinalada por constantes lutas para garantir a sua permanência na terra, é de se entender que para manter-se territorializado o camponês também empreende a luta pela permanência na terra, isto é, resistência à desterritorialização, principalmente quanto a entrada do capital, que o expropria da terra de trabalho e de vida. Por isso, para muitos camponeses despossuídos, alcançar a terra e, nela permanecer, é uma aspiração que move sua vida, pois vêm na posse dela uma possibilidade de autonomia.

Nesse sentido, observa-se que, diante da expansão do capital monopolista é comum constatar entre os camponeses a habilidade de se erguerem contra projetos de dominação e subordinação. Dentre estas bandeiras de lutas estão os movimentos sociais, apontados como as principais formas dos camponeses se insubordinarem contra a ordem desigual, reivindicar melhores condições de vida. Assim, pelos movimentos sociais os camponeses se fazem ouvir e garantem a sua existência.

Porém, a capacidade de resistência camponesa não se faz apenas por meio de movimentos, mas por um conjunto de características que garantem a sua sobrevivência no campo, como o modo de vida camponês e sua organização social.

Uma das formas de resistência adotadas por alguns camponeses do bairro foi arrendar somente uma parte da propriedade, com medo de que uma possível crise no setor canavieiro pudesse atingi-los totalmente, por isso reservaram uma parte da propriedade para a continuação de seu modo de vida camponês, como se observa na entrevista do camponês Lítuo Takeshita, de 71 anos:

O pessoal da usina me procurou, me propôs um negócio bom na época, dava mais que o leite, pois eu tirava uma média de 120 litros de leite por dia, num sítio de 14 alqueires e o que a usina me ofereceu era igual a 85 litros por dia. Como eu não ia ter que pagar salário de empregado⁷² e nem gastar com ração para o gado, eu achei que estava bom, mas eu fiquei com medo e arrendei 10 alqueires e continuei com as minhas vacas. Olha moço foi Deus que me avisou, pois hoje o preço da tonelada caiu e o que eu recebo dá só 38 litros de leite, mas ainda tá bom. A situação do meu filho é muito pior, ele arrendou depois de mim e não está recebendo. Há 2 meses a usina não paga ninguém. Se ele tivesse arrendado tudo estava passando necessidade. (LITUO TAKESHITA, entrevista em 21/02/2009).

A perda de empregos em atividades agrícolas tradicionais no município de Dracena, como na maioria dos outros municípios, não são acompanhadas com a total absorção destes trabalhadores nas atividades da agroindústria, embora isto ocorra em parte, pois esta exige novos profissionais desde o corte até o processamento industrial. Assim, a instalação e presença das usinas têm provocado a atração de trabalhadores migrantes para o município de Dracena, e a não absorção de parte dos trabalhadores desempregados no campo pelo setor sucroalcooleiro tem causado a ida de parte destes desempregados em direção às cidades, como nos informa os entrevistados a seguir:

Eu trabalhava com meu pai no sítio do meu tio, mas o tio arrendou as terras e nós tivemos que sair prá busca trabalho. No início eu e meu pai começamos na usina fazendo plantio, mas depois tivemos que enfrentar o corte, aí não deu para aguenta, (...). Aí nos fomos para a cidade tentar uma melhora (...). Hoje eu trabalho de servente de pedreiro e o pai se sustenta com a aposentadoria e faz bico. (RODRIGO, entrevista em 07/03/2009)

Depois que começou o arrendamento dos sítios diminuiu o emprego. Tá ficando de um jeito que não vai dá prá sobreviver na roça, aí a gente tem que ir lá pra cidade. Mas se desse eu queria mesmo era fica no sítio, cidade não é lugar prá roceiro. (DOZINHO, entrevista em 08/03/2009)

⁷² O trabalho assalariado citado pelo camponês Lítuo Takeshita configura na propriedade uma forma de complemento de força de trabalho, já que com 71 anos de idade o referido camponês não tem mais capacidade física para tirar 120 litros de leite por dia

Tinha muito serviço nas pequenas propriedades dos bairros, mas depois que a usina começou o arrendamento de terra os trabalhos diminuíram e ainda por cima teve muitas famílias que foram dispensadas quando seus patrões arrendaram os pastos. Essa gente se mudou para a cidade, de certo estão passando fome lá, por que pra cortar cana tem que ter prática senão os gatos não contratam. No final das contas vai ser o povo daqui mesmo que vai ficar sem emprego, o povo de fora já tem prática e consegue esse tipo de serviço. (SEBASTIÃO ALTRAN, entrevistado em 15/03/2009)

Porém, segundo Natal Montanher, a intenção da Usina Dracena é absorver toda mão-de-obra necessária para a usina no próprio município de Dracena, principalmente nas atividades rurais. Porém, com a reativação da Usalpa em Junqueirópolis e a instalação das usinas Rio Vermelho também em Junqueirópolis e Caetés em Paulicéia, houve a necessidade de muita mão-de-obra para plantio e corte de cana para mudas, obrigando as usinas de Junqueirópolis e de Paulicéia a recorrerem a migrantes nordestinos, principalmente de Alagoas, onde as empresas já utilizavam deste tipo de trabalho em suas usinas. Estes trabalhadores nordestinos eram recrutados por gatos em Pernambuco ou Alagoas e trazidos em ônibus para o município de Junqueirópolis, onde eram instalados em casas alugadas (repúblicas) na cidade e pagas pelos próprios trabalhadores.

Todavia, esta situação ocorreu somente no período da instalação das usinas, pois com a necessidade de mão-de-obra nos canaviais e ao crescente desemprego na região, muitos trabalhadores de outras atividades acabaram por se especializar em corte de cana, ratificando a intenção da Usina Dracena relatada na entrevista do Sr. Natal, quanto à origem da maioria dos trabalhadores, já que na atualidade, quase a totalidade é do município de Dracena e de cidades vizinhas como Tupi Paulista, Irapuru, Pacaembu, Flora Rica, Ouro Verde, Santa Mercedes, além de Junqueirópolis.

Todavia, diante desse processo de desterritorialização, algumas famílias camponesas buscam a construção de algumas estratégias de resistência ao avanço do capital e tentam permanecer na terra mesmo que para isso tenham que se adaptar a novas situações.

A passagem do tempo trouxe algumas dificuldades para calcular quantas famílias do bairro “Maquininha” ainda resistem no próprio bairro, pois muitas propriedades foram fracionadas ou foram anexadas; outras, os proprietários que resistiam faleceram e as terras foram vendidas pelos herdeiros que já moravam na zona urbana. Por isso para analisar a resistência camponesa, adotamos como

critério para a pesquisa, as famílias que moram no bairro há mais de 5 anos, o que se aproxima do período anterior à expansão da cana com a prática do arrendamento no bairro.

Atualmente residem no bairro 22 famílias, das quais 15 são proprietárias, 5 são assalariadas e 2 apenas moram na propriedade, com a obrigação de cuidar do quintal em troca do aluguel e dos gastos com água e energia. Dos proprietários todos estão no bairro há mais de 5 anos. Porém, no grupo dos não proprietários, dois são moradores recentes, sendo 1 assalariado e 1 que tem a permissão para morar na propriedade em troca de cuidar do seu recinto. Destas propriedades em que moram as 22 famílias, 15 tem como principal renda a pecuária, sendo 7 com pecuária de leite, 6 com pecuária de corte e compra e venda de bezerras, e dos 7 restantes, 5 trabalham com agricultura variada e duas somente moram na propriedade, porém o dado que mostra a resistência camponesa é que das 15 famílias proprietárias que moram no bairro, nenhuma arrenda terras para o plantio de cana.

A cana-de-açúcar no bairro “Maquininha” já ocupa as terras de 6 das 51 propriedades⁷³, sendo 4 com contratos com a Usalpa e 2 com a Usina Dracena, porém destas 6 propriedades, 5 não há moradores na atualidade, tendo morador somente em uma, que apesar do arrendamento de parte da propriedade, ainda permanece nas atividades de gado de corte, de leite e agricultura em outra parte das terras.

Entre as estratégias para a permanência na terra destaca-se a locação de seus instrumentos de produção como tratores, arados, gradeadeiras e sulcadores para os serviços de preparação da terra para plantio de cana, e, às vezes colocam os seus filhos ou os empregados que já trabalhavam com as máquinas na propriedade arrendada para continuar a trabalhar com elas. Porém, agora, nos serviços das usinas, conseguem manter o trabalho do empregado e auferir uma renda com o trabalho da máquina, que antes da expansão da cana-de-açúcar, não seria possível nas terras de pastagens e de autoconsumo, como afirma um agricultor aposentado que arrendou parte de suas terras.

⁷³ Das 53 propriedades que havia no bairro, algumas foram fragmentadas por herança e venda de parte das terras, mas outras foram anexadas por compras e na atualidade tem 51 propriedades.

Assim que a usina arrendou a maioria das minhas terras de pasto, eu não ia ter mais serviço para o trator, porque ficou pouco gado e não compensava mais fazer silagem, por isso empreitei o meu trator e o do meu irmão para que o meu filho, o meu empregado e o dele pudesse trabalhar na tombação de terra para a usina. LITUO TAKESHITA, entrevista em 21/02/2009)

Entre os camponeses que arrendaram suas terras, o clima é de desconfiança, pois apesar de percebermos através das entrevistas que a maioria dos camponeses ainda está satisfeita com o arrendamento, nota-se que não há mais o estado de euforia do início dos contratos. Isto se explica pela diminuição dos valores recebidos em função da queda nos preços da tonelada de cana-de-açúcar e do álcool, além do atraso nos pagamentos dos valores dos arrendamentos acordados em contratos que os representantes das usinas.

No entanto, mesmo com a instalação de novas usinas, e a avidez por terras por parte desta, ainda há entre os camponeses aqueles que se recusam a arrendar suas terras para as usinas. Os motivos são vários: alguns por medo de calote dos usineiros, com medo de se repetir o acontecido no início da década de 1990, quando a antiga Usina Vale Verde encerrou suas atividades e os plantadores de cana ficaram sem saber o que fazer com a cana plantada; outros, por desconfiança, devido à oscilação de preço da tonelada de cana; alguns pelos boatos e alegação populares de que a terra, após o plantio, torna-se inapta para a agricultura de subsistência.

O que mais nos chamou a atenção foram algumas estratégias marcadas pelo desejo de a família manter a sua autonomia e o controle da sua unidade produtiva, numa combinação de ações como forma de permanência na terra e evitar o arrendamento. Destacamos aqui as ações transcritas da entrevista com os camponeses João Martins Joviano e Nilson Boni:

Pra cana eu não arrendo, eles (funcionários da Usalpa) já vieram duas vezes aqui pedir pra eu arrendar, só porque o vizinho (Lituo Takeshita) arrendou. Eles ficam pressionando, porque a usina juntaria o fundo do meu sítio com a do vizinho e ficaria uma propriedade só, mas eu não arrendo, eu vivo da terra, não é de pagamento mensal de arrendamento. Eu crio porco caipira, tiro leite e faço queijo e requeijão, esse é meu ganho. E se eu arrendar e eles usar a terra e não me pagar. Então pra eles pararem de me pressionar, eu plantei eucalipto no fundo do sítio onde eles queriam arrendar, (...) (JOÃO MARTINS JOVIANO, entrevista em 22/02/2009)

Viver na roça hoje em dia é difícil, mas pior do que isso é arrendar para a usina, muda prá cidade e viver na insegurança sem sabe se você vai receber, por que quando a coisa vai mal para eles a gente é o primeiro que

“dança”. (...) e na cidade a gente tem que compra tudo aquilo que estava acostumado a ter de graça no sítio, por isso é que eu não saio do sítio, aqui eu não pago aluguel, não pago água, a luz é mais barata que a cidade e não tenho patrão prá me dá ordem.(...) Ai eu comecei a diversificar, plantei o café mais largo de rua e plantei acerola no meio do café e faço a irrigação dos dois e ao invés de dá o café quase de graça (vender) lá na máquina eu mesmo descasco ele e a minha nega (esposa) torra e mói e nós vende na feira e as vendas é aos pouco a gente tem dinheiro o ano todo, é pouco mas é o ano todo. (NILSON BONI, 29 anos, entrevista em 20/07/2009)

Caso como o de Sr. João, que plantou eucalipto para inviabilizar a entrada da cana como ilustra a Figura 30 e de Nilson Boni não é raro, pois é comum a resistência ao arrendamento de terras por parte dos pequenos proprietários para o plantio de cana, principalmente quando estes possuem mais de uma atividade produtiva na propriedade. A diversificação de produtos traz certa segurança quanto a seu sustento na propriedade, pois no seu imaginário, quanto maior a diversificação da produção menor será a sua fragilidade frente ao mercado e quanto à terra, se sobrar, principalmente de pastagens, o proprietário aluga para a colocação de gado, que além de gerar uma renda extra, o prazo de aluguel é curto, oscilando entre 4 meses e um ano de uso. Além do que, o proprietário pode pedir as pastagens de volta quando precisar, o que não acontece com o arrendamento para cana-de-açúcar.



Figura 30 - Plantação de eucalipto para impedir o avanço da cana-de-açúcar. Fotografia: Joviano, C. V. M. 21/07/2008

Outra estratégia se dá através da modificação da produção na propriedade ao longo do tempo, principalmente nas pequenas unidades de produção, nas quais as famílias camponesas buscam atender além das necessidades básicas da família, também cultivar produtos de boa aceitação no mercado, com bons preços e facilidade de venda, como abacaxi, acerola, uva, maracujá, manga, queijo, requeijão, manteiga caseira e animais como frango caipira e leitões, diminuindo um pouco o cultivo de produtos como feijão, milho, arroz e algodão que necessitam de maiores investimentos e maior área para produção. Contudo, as modificações não foram somente no tipo de produto, também ocorreu na base técnica, pois as técnicas empregadas também são diferentes das usadas no passado, uma vez que em gerações anteriores utilizavam-se somente os recursos que a propriedade tinha capacidade para oferecer como a criação de animal para o trabalho da tração, o adubo de origem animal e vegetal e a extração da madeira das matas, além de instrumentos como a enxada, a matraca e máquinas rudimentares puxadas por animais. Porém, hoje a maioria destes produtores possui arados mecanizados, grade, calcariadeira, ensiladeira, irrigação, produtos químicos, antibióticos e hormônios para os animais, aumentando a produtividade e a qualidade do produto.

A mudança de postura quanto à sua organização produtiva é outra estratégia utilizada nas áreas marginais da cana-de-açúcar. Para fugir da pressão de arrendatários para cana, camponeses investiram técnicas de produção para aumentar a produtividade. O camponês Nilson Boni usou uma técnica de plantio para a cafeicultura com 4,5 metros de largura entre uma rua de café e outra, diferenciando da largura usual de 3,5, isto para que sobrasse um espaço maior nas entrerruas do cafezal e possibilitasse o plantio de acerola criando uma técnica nova de consórcio de café e acerola, como mostra a figura 31, além do que passou a usar um sistema de irrigação por gotejamento (Figura 30), aumentando tanto a produção de café como a de acerola.



Fig. 31 – Cafeicultura irrigada consorciada com acerola
Fotografia: Joviano, C. V. M. 18/07/2009



Fig. 32 - Plantação de café irrigado por gotejamento.
Fotografia: Joviano, C. V. M. 21/07/2008

Já o Sr. João, além da irrigação, implantou um sistema de piquetes nas pastagens, permitindo um rodízio rápido do gado nestes piquetes, fazendo com que o mesmo tenha sempre capim novo para a alimentação, aumentando a produtividade de leite, que para ter maior receita é todo processado na própria propriedade, agregando maior valor ao produto, ao transformar o leite em queijo, requeijão e manteiga, fato também confirmado na entrevista de Nilson Boni quando diz que beneficia, torra e mói o café produzido em seu sítio que serão vendidos na feira do produtor rural⁷⁴ (figura 34) e supermercados da cidade de Dracena. O Sr. João para aproveitar melhor a terra e a área irrigada plantou pés de Jaca⁷⁵, inventando um consórcio de pastagem com jaqueiras, como mostra a figura 33, que além de produzir sombra para o gado, ainda tem seus frutos vendidos para mercados e varejões de frutas.



Fig. 33– Pastagem irrigada consorciada com jaqueiras- Sítio São João
Fotografia: Joviano, C. V. M. 18/07/2009

⁷⁴ É uma feira livre criada pela Prefeitura Municipal de Dracena em 1997, na qual os produtores rurais do município e região vêm oferecer seus produtos agrícolas, pecuários e artesanatos, havendo grande procura, já que os preços são atrativos que por se tratar de uma venda direta elimina o intermediário.

⁷⁵ Na propriedade são irrigados 6 hectares de terras, dos quais três hectares possuem a plantação de 84 jaqueiras produzindo .



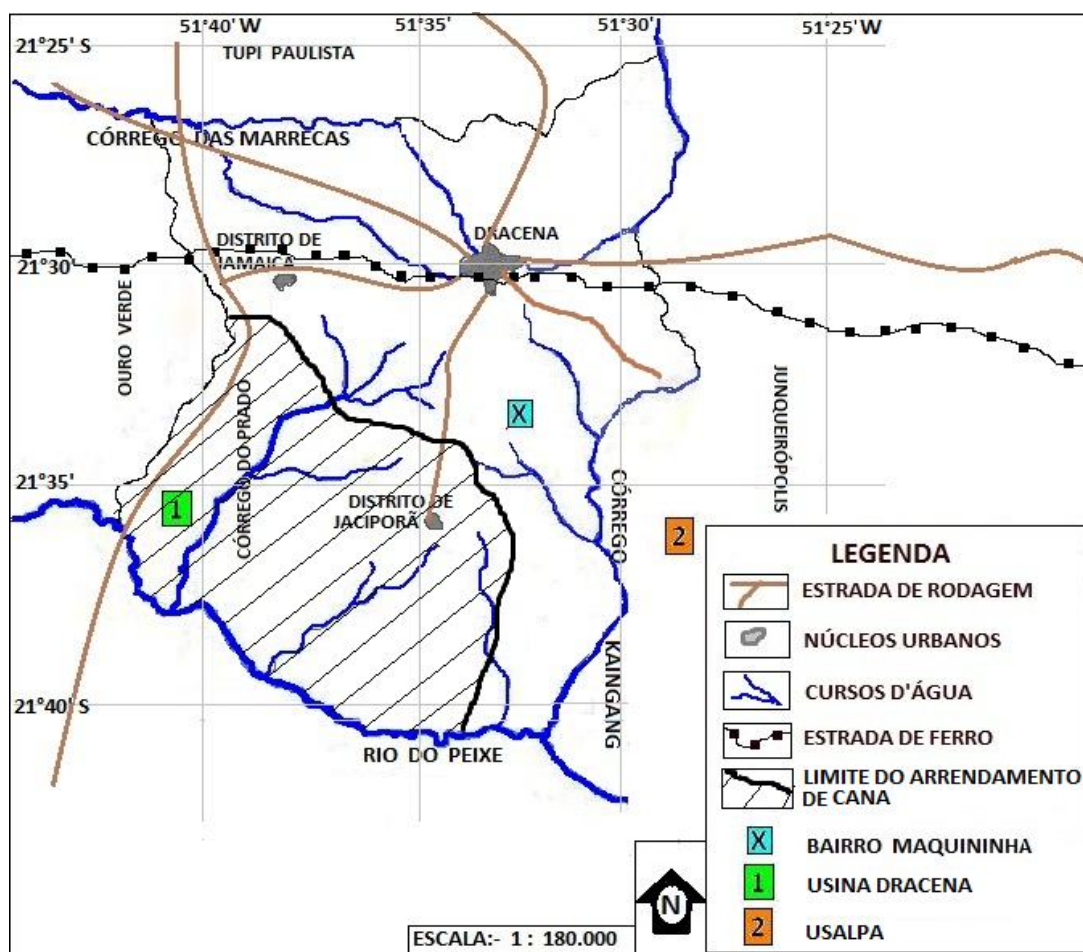
Fig. 34 – Feira do produtor rural em Dracena – Sr. João e Esposa
Fotografia: Joviano, C. V. M. 22/07/2009

Dessa forma, podemos perceber que apesar da invasão do capital, não é fato consumado que o setor sucroalcooleiro controle todo o território a ponto de extinguir o camponês do bairro “Maquininha”. Mesmo que tenha ocorrido a expropriação de alguns camponeses por parte do setor sucroalcooleiro, o que se observa é que nos bairros onde o campesinato permanece produzindo para o autoconsumo, o capital tem mais dificuldade para territorializar-se. Das 6 propriedades em que a cana foi plantada no bairro “Maquininha”, em 5 não haviam moradores, portanto, não havia a resistência camponesa em relação à expansão canavieira, mas por outro lado, das 15 propriedades ocupadas por famílias que mantêm as características camponesas e que são proprietárias da terra, em nenhuma delas ocorreu a expansão da atividade canavieira através de arrendamento ou de outra forma de cultivo de cana-de-açúcar.

Numa análise dos contratos de arrendamento para cana-de-açúcar feitos pela Usina Dracena de Açúcar e Álcool, verifica-se que a sua área de expansão, tanto de compra como de arrendamento se deu entre o Distrito de Jaciporã e Rio do Peixe, no lado sudoeste do município, como mostra o Mapa 05, numa área onde predominavam grandes propriedades de pecuária extensiva de corte que se estendem num raio de aproximadamente 15 quilômetros da Usina Dracena.

Ainda sobre a territorialização da cana, verifica-se que, no bairro do Prado, onde desde o período da colonização do município predominam as pequenas unidades de produção, o setor sucroalcooleiro não conseguiu entrar, não havendo no bairro propriedades com arrendamento para plantio de cana-de-açúcar, evidenciando que onde há preponderância do modo de vida camponês, a resistência em relação à territorialização do capital é maior.

Mapa 5: Área da expansão da cana pela Usina Dracena



Todavia, havendo ou não a territorialização do capital, seja qual for a análise da situação, podemos afirmar que o procedimento de muitos camponeses de arrendar terras para as usinas, é também uma forma de resistência, ou seja, uma nova estratégia para manter a terra, já que diante da situação de territorialização do capital canavieiro pelo arrendamento, a terra pode, após o fim do contrato, retornar

para ele ou para a família. Assim, o que podemos distinguir nesta relação entre capital monopolista e campesinato é a existência da sujeição da terra pelo capital monopolista, que se firma como o novo sistema produtivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista geográfico, para pesquisar a questão agrária e o campesinato é de suma necessidade tomar o território como categoria de análise, já que é no território que as relações familiares, de parentesco, de trabalho, ou seja, as relações sociais ocorrem. Assim, nesta pesquisa foi necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se podia definir o território. Então, a partir da análise de Raffestin (1993) que afirma que o território só pode ser estabelecido a partir de relações de poder desenvolvidas no seu interior foi possível destacar o caráter político do mesmo.

Na pesquisa constatou-se que o recorte territorial definido para análise - o bairro "Maquininha" no município de Dracena - foi parte de um território maior denominado Nova Alta Paulista, construído a partir de um processo violento de grilagem de terras e expropriações nas áreas de contato entre as empresas colonizadoras com as frentes de expansão, onde a terra era vendida em pequenos lotes, dando a característica da estrutura fundiária ao município que ainda se baseia nas pequenas e médias propriedades e também abriu a possibilidade de territorialização camponesa no bairro "Maquininha" a partir de famílias de ex-colonos vindos das antigas áreas produtoras de café, criando nas novas terras o modo de vida camponês. Portanto, havia nas fronteiras uma só terra, mas com dois significados segundo o interesse daqueles que se apropriavam dela: terra de negócio, para as empresas imobiliárias e colonizadoras; e terra de trabalho, para os ex-colonos que viam na terra a sua liberdade dos patrões produtores de café das antigas zonas do leste, já que nelas iriam extrair a sua subsistência através do uso do trabalho familiar.

Nesse sentido, o camponês, um ser social que produz e se reproduz com base na produção agrícola e na sua relação com a terra tem sido o sujeito de investigação para muitas pesquisas, que para alguns autores é definido como um "modo de produção" autônomo. Para o grupo de autores que defendem a extinção do campesinato, o camponês perdeu a significação e a importância que tinha nas sociedades tradicionais, por isso continuará a se reproduzir nas sociedades atuais somente se conseguir integrar ao mercado e dele fazer parte, ou caso contrário,

entra em colapso e se auto desintegra. Porém compreender o camponês tal como propõe autores como Shanin (2005), Martins (1981), Woortmann (1990) e Oliveira (2002) significa entender o camponês inserido no modo capitalista de produção. Esta compreensão do campesinato é um dos embasamentos que atesta que o campesinato se reproduz no cerne do capitalismo e é também uma classe social deste modo de produção, que traz consigo a necessidade de se reproduzir relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução, ao mesmo tempo em que se reproduz também o processo de produção do capital.

Dessa forma, é possível entender como famílias camponesas não somente se recriam, mas ainda permanecem, resistem e se reproduzem no bairro “Maquininha” em Dracena, mostrando que esse processo de reprodução do campesinato no modo capitalista de produção ocorre justamente pela necessidade que o capital tem de relações que não são capitalistas para a sua ampliação, já que o modo de vida das famílias camponesas é que faz com que o campesinato se reproduza e não seja destruído, pois a finalidade da produção capitalista é a acumulação, enquanto que o alvo da economia camponesa é o reprodução de sua família. Por isso se a acumulação não é a finalidade maior para a família camponesa, não há significado em trabalhar mais que o necessário.

A investigação sobre o comportamento das famílias camponesas do município de Dracena perante as crises de produção, aos problemas naturais e as mudanças estruturais da agricultura no Brasil que provocou a formação de novas relações sociais e produtivas, foi de grande importância, pois mostrou que o capital, apesar de implacável na sua expansão sobre o território camponês, este também sofre algumas barreiras ou limites impostos pela classe camponesa, já que esta tem uma visão contrária ao capital quanto ao uso da terra. Estas barreiras como não arrendar terras ao setor canavieiro, participar de associações e feiras de produtores rurais, investirem em culturas que freiam a expansão do agronegócio como eucalipto, piqueteamento das pastagens fazem parte da resistência camponesa em permanecer no seu modo de vida e assegurar o meio de sobrevivência da família, que só é possível com a posse da terra

Na pesquisa foi observado que a maioria dos produtores do bairro “Maquininha” possuía uma produção muito diversificada, o que os tornava pouco dependentes do mercado na busca de produtos para o consumo da família. Nas entrevistas e nas análises de documentos era comum constar nas propriedades uma

pequena roça de mantimentos e pequenas criações, como galinha, porcos e gado leiteiro, para a garantia de subsistência. Porém, em algumas propriedades tal fato não ocorria, já que a segurança alimentar da família era desempenhada pelo café. Contudo, durante os períodos de crise econômica e problemas de ordem naturais e estruturais na agricultura, estas famílias, em quase sua totalidade, abandonaram suas atividades ou venderam a propriedade, permanecendo na terra em sua maioria as famílias que diversificavam a produção.

Quanto ao tipo de produto, as famílias camponesas fizeram ao longo do tempo uma grande modificação na propriedade, abandonando algumas culturas tradicionais que oferecem maiores riscos, trocando-os por produtos que além de boa aceitação no mercado, também tem bons preços e facilidade de venda, como frutas e produtos lácteos e animais.

Nessa luta pela camponesa pela permanência ocorreram também modificações na base técnica, na qual houve a substituição das antigas técnicas por novas tecnologias responsáveis pelo aumento da produtividade e da qualidade do produto. Apesar das mudanças na base técnica e na produção, a forma de comercialização permanece a mesma, isto é, a família camponesa é quem faz a venda dos seus produtos, geralmente representada pelo homem, no caso o pai ou o filho mais velho.

Uma alteração ocorrida na atualidade que se confrontada com o passado, é a aquisição de rendas extras, sendo a maioria destas rendas provenientes de aposentadorias, que tem representado um valor muito expressivo para as famílias que as detém, já que muitas famílias têm a necessidade de procurar alternativas que complementem a renda doméstica, fato que, segundo os próprios camponeses era muito raro no tempo dos pais, além renda da produção da unidade de produção.

Todavia, a quase extinção da atividade cafeicultora no município de Dracena, e em consequência no bairro “Maquininha” foi responsável pela maior das modificações, tanto no espaço urbano com o fechamento de muitas máquinas de beneficiamento de café e cereais, deixando vários prédios abandonados, como também modificou o espaço rural, que com o fim da saga do café, muitos camponeses saíram na busca de uma nova atividade econômica que o substituísse, passando por várias tentativas de novas culturas, até chegar a cana-de-açúcar, formando uma nova paisagem com “cenário futurista”, defendido por alguns e odiado por outros, mas que acentuou ainda mais a indefinição agrícola da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

ALMEIDA, Rosemeire Ap. **Identidade, Distinção e territorialização: O Processo de (Re)Criação Camponesa no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP – Presidente Prudente, 2002.

BENJAMIN, Roberto Schuray. **A cafeicultura no município de Osvaldo Cruz: gênese – auge – decadência – perspectivas de recuperação**. Dissertação (Mestrado em Geografia): FCT/UNESP. Presidente Prudente, 1998.

CHAYANOV, Alexander Vladimir. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Hennes, 1923.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917 – 1937)**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), UNICAMP, Campinas, 2007

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**, **Revista NERA**, ano 7, nº 1, p. 16 a 36, Departamento de Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 2004

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar**, **NERA – Núcleos de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, Depto. de Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 2005

FONSECA, M. A. S.; MATSUNAGA, M. **Programa de assistência creditícia à cafeicultura em São Paulo**. São Paulo: IEA, 1981. (Relatório de Pesquisa 02/81).

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**, Revista NERA, ano 7, nº 4, Presidente Prudente, 2004

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006**: entre memórias e sonhos. Do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional, Tese (Doutorado em Geografia) FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2007

HAESBERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HESPANHOL, R. A. M. **A produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UNESP. Rio Claro, 2000.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1985**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2005/06**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

KAGEYAMA, Angela. **A crise e estrutura agrária**, a agricultura paulista na década de 30. ESALQ/USP. São Paulo, 1979.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1968.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova cultural, (1989) 1985.

MARQUES, M. **Alguns Pressupostos para a Construção da Geografia Agrária**. Revista do Departamento de Geografia nº 06. FFLCU / USP, 1992

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **O Documento da Terra Prometida**. In: **Reforma Agrária, Boletim da ABRA**. Ano X – março/abril, nº 02, Campinas, 1980.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Poder do Atraso**: Ensaio de Sociologia da História Lenta, São Paulo. Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da Fronteira** – retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo: Vol. 08. Nº 01, Maio de 1996.

MARTINS, José de Souza. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 11-76.

MARTINS, José de Souza. **Fronteiras**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**, São Paulo, Edusp, 2000.

MEDEIROS, C. M. S. V. **O Produtor Familiar Rural e a Dinâmica Econômica e Social no Espaço Rural da Região de Presidente Prudente nos anos de 1980-90**, Tese (Doutorado em Geografia) USP, São Paulo, 2002.

MICHELLON, Ednaldo; SANTOS, Ana. Lima; RODRIGUES, Juliano. Alves. **Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil**, XLVI SOBER, Rio Branco – AC, 2008

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Agronegócio: a Nova Maquiagem para o Velho Latifúndio**. LAVRATTI, Edivar, Biblioteca – Textos Reforma Agrária. 2004 – Site www.mst.org.br em 21/01/2006

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Agronegocio e Latifúndio**, FERNANDES, Bernardo M., Biblioteca. 2004 – Site www.mst.org.br em 22/04/2006

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**, 2ª edição traduzida, Hucitec editora – Polis Editora. 1984

MONTEIRO, C. A. de F. **A dinâmica climática e as chuvas do Estado de São Paulo**. Estudo em forma de Atlas. São Paulo. IGEOG / USP, 1973

MONTEIRO LOBATO, José Bento. **“O Grilo”**. In: A Onda Verde. São Paulo: Brasiliense, 1948.

MOTTA, Márcia; PINEIRO, Theo Lobarinhas. **Voluntariado e universo rural: A grilagem como legado**. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. R. **A fruticultura como alternativa econômica aos produtores rurais: O caso de Dracena/SP**. Dissertação de Mestrado, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 57. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, AGB, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Estado, ideologia e poder. **In Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Spósito, E. S. (Org.) Presidente Prudente: UNESP/Gasperr, p. 75-98, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

PAULINO, E. Tomiasi. **Terra e Vida: A Geografia dos Campos do Norte do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia): FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2003.

PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PERLI, Fernando. **Caminhos verticais e colonização da Zona da Alta Paulista**, revista Omnia, p. 39 – 45, FAI, 2006/2007

PERLI, Fernando. **História de Junqueirópolis**: Prefeitura Municipal de Junqueirópolis, 2000.

PERLI, Fernando. **História de Santa Mercedes**. Pref. Municipal de Santa Mercedes: mimeo, 1999

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSAS, Celso A. F. **A cafeicultura no contexto da agropecuária no Extremo Noroeste Paulista**. Dissertação de Mestrado, UNESP, 2002

SAES, M. S. M. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. São Paulo. ANNABLUME. 1997

SHANIN, Teodor. **La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo** (Rússia 1910-1923) Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. Revista NERA - FCT/UNESP. Presidente Prudente. Ano 8, nº. 07. Julho/Dez de 2005.

SILVA, J. Graziano. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro. Zahar editores. 1982

SOUZA, José Gilberto de. Os problemas do avanço da cana em SP, **Jornal UNESP**, Ano XXI, nº 228 Novembro/2007

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. Editora Brasiliense, 1986

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por uma Geografia do Trabalho**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119, 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm>

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual Da Anpocs. Gt 17. Processos Sociais Agrários - Caxambu, MG. Outubro 1996

WOORTMANN, Klass. **Com parente não se neguceia**: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico nº. 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, Klass. O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins Brasília: **ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO/2001**, 2001.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Certidão de registro de Imóveis da Fazenda São Manoel e das Marrecas – Cartório de Registro de Imóveis de Lucélia

Escritura de Registro de imóveis de José Spadácio – Acervo familiar

Recibo de quitação das terras da Fazenda Santa Rosa de José Spadácio.